

**A RESPEITO DAS TORRES DE
DEFESA NA CIDADE DO SALVADOR**

Cybèle Celestino Santiago*

"La torre, primo e finale compendio della fortificazione isolata (...) raccoglieva in se tutta la somma possibile dei vantaggi in un'epoca nella quale l'azione delle armi da gitto era quasi nulla e la espugnazione difficile e in ogni caso, assai lunga".

Antonio Cassi Ramelli¹

RESUMO

As torres foram construções de defesa de grande importância no período medieval. O presente artigo faz um reatamento entre os elementos que eram utilizados naquela época em outras partes do mundo e os que para cá foram transportados por ocasião da colonização do Brasil, dando ênfase ao antigo Forte de São Tiago de Água de Meninos, em Salvador, cujas prospecções arqueológicas poderão evidenciar concretamente, pela primeira vez em nosso país, a existência do elemento de defesa com planta circular.

Torres medievais de defesa

O período medieval foi pontilhado de conflitos pela posse do território; daí o grande número de

* Arquiteta, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBa e técnica do IPAC/SIC e do NTPR/UFBa.

fortificações erguidas no intuito de propiciar a sua defesa. Dentre tais edificações, ora destacamos as torres. Tais elementos podiam apresentar-se de três maneiras diversas: como redutos de castelos ou *donjons*, flanqueando outras construções militares ou mesmo isoladas.

Para Fernando Fonsêca, torre, genericamente falando, "*podia ser a casa senhorial mais importante da região, cuja função era abrigar o senhor e seus familiares, e também dar guarida aos vizinhos*"². No nosso entender, ele queria, através dessa afirmativa, tentar justificar a não-existência de "torre" verdadeira na Casa de Garcia d'Ávila, em Tatuapara. Entretanto, embora a torre fosse local de habitação no castelo, em momento algum vemos a casa do senhor feudal ser confundida com torre sem que ela dispusesse deste elemento arquitetônico. Inclusive não encontramos no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, da autoria de Viollet-le-Duc - um dos maiores estudiosos da arquitetura medieval -, assertiva alguma que corrobore o fato de a habitação senhorial poder ser confundida indiscriminadamente com "torre".

Os *donjons*, *mãstii*, torres *gentilizie* ou torres de menagem, como as chamavam os nossos ancestrais lusos, eram construções destinadas ao comando de defesa do castelo, assim como das suas imediações, porém eram independentes de suas muralhas, mesmo que pudessem estar a elas articuladas, e quase sempre possuíam uma saída estratégica para o campo. É isto que as caracteriza e as distingue das

RUA.Salvador,v.2,n.3,p.99-115,1989

torres de secção circular, que o citado Viollet-le-Duc denominava de tipo "francês", e das retangulares, apelidadas pelo mesmo autor como "normandas".

Na época em que surgiram (séc. XI) - primeiramente empregados, ao que parece, pelos normandos -, os *donjons* pareciam-se com as torres de planta quadrada erigidas na época, delas distinguindo-se apenas nas dimensões. A partir do século XIV, entretanto, eram cilíndricos e apresentavam sucessivos pavimentos abobadados.

Com a transformação dos costumes feudais, os *donjons* abandonam o caráter de torre militar, que haviam adotado no final do século XII, e passam a adotar aquele de abrigo-forte, contendo, no entanto, todos os recursos necessários a propiciar uma moradia fácil e segura para o senhor feudal.

As torres flanqueantes datam de períodos muito mais remotos, e eram também elementos de vários pavimentos existentes ao longo das muralhas de defesa dos castelos com sistemas fortificados, especialmente nas mudanças de direção dos muros ou em distâncias regulares que permitissem a cobertura cruzada das armas de arremesso, e que, a princípio, possuíam planta geralmente quadrada. Porém, tendo-se percebido as desvantagens que esta forma propiciava à própria defesa, tais torres passaram a ser construídas, posteriormente, de forma semi-cilíndrica, que evitava "ângulos mortos" e distribua melhor o lançamento das armas de arremessamento.

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989.

so.

As torres isoladas, por sua vez, eram implantadas em pontos estratégicos do litoral e à margem de rios, funcionando como faróis e pontos de defesa contra os freqüentes ataques de piratas e, até mesmo, dos habitantes locais. Malgrado a evolução da arte militar com o advento da pólvora, não cessam de ser usadas apesar do declínio do mundo medieval. Este é o caso, por exemplo, da torre martelo (*hammer tower*), bastante difundida na costa inglesa no século XI, já adequada ao emprego da artilharia, em uso ainda no século XV.

São inúmeras as referências feitas por Francesco di Giorgio Martini (séc. XV), no seu *Treatado de Arquitetura Militar*, a respeito destas torres. Até mesmo Vauban (1633/1707), cuja influência foi sabidamente marcante entre os engenheiros militares portugueses, defendia a sua utilização. As plantas, apesar de obedecerem a formas-padrão (circulares ou poligonais), podiam apresentar algumas variantes, a exemplo da torre lobulada.

Estes elementos de defesa apresentavam vários pavimentos e eram geralmente coroados por uma plataforma, que serviria como local específico para que se procedesse o ataque aos inimigos. A espessura das paredes foi variando ao longo dos séculos, a depender do tipo de arma empregado, e mesmo acontecendo com os materiais construtivos. No entanto os princípios que direcionavam a escolha do sítio de implantação das mesmas não se alteravam: sempre eram implantadas em pontos estratégicos. RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

cos às margens dos mares e cursos d'água ou sobre elevações, dominando a campanha, coadjuvando o sistema defensivo das cidades que nasciam.

O sistema defensivo de Salvador

Nos primórdios da sua colonização, a cidade do Salvador estava freqüentemente sujeita ao ataque de flibusteiros e piratas. Assim sendo, urgia a adoção de um eficaz sistema de defesa. No entanto, embora estivéssemos em pleno século XVI, o tipo de arquitetura militar transferido para o Brasil conservava elementos que vigoravam na Idade Média, a exemplo das torres.

A cidade do Salvador desenvolveu-se ao longo da costa. Apesar da chamada "mancha-matriz" encontrar-se no alto de uma escarpa de cerca de 65m de altura, o acesso à mesma poderia ser feito pelo interior, desde que os seus inimigos - quando estrangeiros - pudessem aportar em zonas não muito afastadas do litoral ou - quando se tratasse de gentio que ainda hostilizava o branco e se amoitava nas matas do litoral - resolvessem incursionar nas povoações, que aos poucos se afirmavam. Por este motivo, e dada a dificuldade de comunicação entre os diversos pontos da costa - o que poderia vir a propiciar um ataque surpresa por parte dos invasores -, tornou-se necessária a adoção de um eficaz sistema de defesa, que pudesse garantir a sua proteção.

A solução encontrada foi organizar uma verdadeira
RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

cadeia de fortificações defendendo toda a orla marítima da cidade. Por ocasião da aproximação de naus inimigas, antes mesmo de estas ingressarem nas águas da baía de Todos os Santos, era dado um sinal (tiros, fogos, etc.), repetido sucessivamente pelos demais elos da cadeia de defesa.

O primeiro elemento seria a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, seguindo-se os redutos de Itapuã e Rio Vermelho (inexistentes hoje) e os fortes de Santo Antonio da Barra, Santa Maria, São Diogo, São Pedro e São Paulo da Gamboa, São Marcelo, Santo Alberto (que ficava nas imediações da igreja do Corpo Santo, na Cidade Baixa), São Fernando (implantado no local da Associação Comercial), São Francisco (localizado na enseada de Águas de Meninos), São Tiago de Água de Meninos (hoje conhecido como Forte da Lagartixa), da Jequitaiá (atualmente descaracterizado), Monte Serrate e São Bartolomeu da Passagem (já desaparecido). Além destes, existiam ainda a Casa da Pólvora (onde hoje está o Quartel dos Aflitos), o Forte de São Pedro e o do Barbalho, que davam cobertura a alguns dos já mencionados fortes pela parte superior da montanha. Outras fortalezas são igualmente mencionadas em livros, porém a sua localização é muito duvidosa, de modo que preferimos não as incluir na nossa relação (fig. 1).

De todos estes elementos de defesa, alguns dos quais simples redutos, a exemplo do de Itapuã e daquele do Rio Vermelho, são poucos os que chegaram aos nossos dias.



Gostaríamos de trazer alguma luz a uma polêmica fundamental sobre o partido destas obras de defesa, pois a crônica e antigas iconografias deixam entrever que algumas delas se tratavam de torres.

Com relação à discutidíssima Casa da Torre de Garcia d'Ávila, temos as seguintes conclusões a que chegaram estudiosos famosos como José Wanderley de Pinho, Borges de Barros, Fernando Fonsêca e Pedro RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

Calmon, dentre outros.

Para Wanderley de Pinho, na banda sul da casa-forte de Tatuapara "há um corpo rectangular saliente que bem poderia ser antigamente uma torre"³. Porém, ainda na mesma obra, ele aventa a possibilidade de terem sido empregados materiais construtivos de baixa durabilidade e de a edificação primitiva em forma de torre ter, pois, desaparecido sem deixar vestígios.

Borges de Barros cita o regimento dado por El-Rey e escrito pelo Conde de Castanheira, através do qual a construção de torres era uma imposição. Cita, ainda, que "Garcia de Avilla penetrou as terras além de Tatuapara, semeou culturas, construiu currais e levantou a torre singela para vigilância da costa em uma época em que os corsários franceses corriam os mares de Santa Cruz à cata do pau-brasil, e também para se defender dos ataques indígenas. Pode-se dizer que esses edifícios desempenhavam três funções: casa de residência, casa forte para a resistência ao gentio bravo ou posto de vigilância da costa"⁴.

Transcrevendo ainda Borges de Barros, temos: "Em 1624 a parte principal desse Castello estava prompta e em seu torreão se fizeram daquella data até 1640, quando terminou a guerra hollandeza, os signaes que eram transmittidos a S. João, Itapoan, Rio Vermelho e Barra, de dia por meio de grandes bandeiras vermelhas e à noite por meio de fochos, prevenindo a aproximação das esquadras flamengas"⁵. Seria, pois, a torre um anexo à casa-forte ou um

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

elemento isolado da mesma? O texto não precisa a sua localização.

Já Fernando Fonsêca, além das considerações às quais nos remetemos no início deste artigo, descreve pormenorizadamente as ruínas da antiga casa dos Ávila, não somente com referência à distribuição dos espaços e possíveis funções dos mesmos, como também às técnicas construtivas empregadas e às hipóteses lançadas por outros estudiosos a respeito de uma possível torre a seis metros da porta, da possibilidade de a torre ser a capela e até mesmo da existência de uma planta na Alemanha, até hoje não encontrada.

No livro *História da Casa da Torre*, de Pedro Calmon, verificamos nova discordância entre os documentos antigos, quando, no início, lemos que "a torre de Garcia d'Ávila tem este nome por ser uma casa mais alta"⁶ e, mais adiante, que a torre era um elemento que ficava embaixo, "sobre a praia recurva"⁷, informação esta extraída de correspondência do Gov. D. Rodrigo da Costa enviada à Corte, em 1702. Ainda de acordo com este documento, "houve antigamente um forte de torreão que servia para defender um porto donde se podia lançar gente em terra"⁸, porém, dado o completo arruinamento em que se encontrava o monumento, seria útil reedificá-lo.

Do exposto, vislumbramos, inclusive, a possibilidade de uma dualidade de torres em Tatuapara: uma, aquela primitiva, mencionada em 1702 na carta de D. Rodrigo da Costa, construída com materiais de RUA, Salvador, v.2, n.3, p.99-115, 1989

pouca durabilidade e localizada nas proximidades do mar, cuja função seria a de defender o porto enviando, inclusive, sinais semafóricos para as demais fortalezas que compunham o cordão marítimo de defesa da nossa cidade; a outra, um elemento defensivo diretamente ligado à casa-forte dos Ávila, cuja localização até hoje não foi precisada, mas que, estando próxima à casa, não acreditamos fosse capaz de cobrir, com sua artilharia, o porto existente na Praia do Forte. Seriam sobre esta última torre as referências feitas no testamento de Garcia d'Ávila "... estando eu Garcia d'Ávila morador na minha torre de Tatuapara", "... e nas ditas terras fiz muitas benfeitorias como são a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e as casas de Torre, pegadas a ela..."⁹.

A nossa intenção neste trabalho não é, entretanto, provar a existência da Torre de Garcia d'Ávila. Inclusive encontramos em *Tradições Bahianas*, de João da Silva Campos, uma alusão à existência de uma casa, na cidade do Salvador, que, somente pelo fato de ter sido construída sobre as ruínas de um sobrado pertencente à família dos Ávila, foi vulgarmente nomeada Casa da Torre, do que podemos notar que pode ter sido generalizada a denominação "Casa da Torre" para qualquer edificação pertencente à família de Garcia d'Ávila. Queremos é provar a existência daquela torre que outrora deveria haver nas imediações do sítio de implantação da cidade do Salvador - atualmente dentro do nosso contexto urbano -, cujos vestígios temos fortes esperanças de encontrar através de prospecções arqueológicas a serem brevemente efetuadas no Forte RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

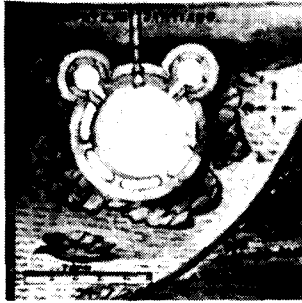


Fig.2 - Forte de Santiago (Santo Alberto - 1624)

de Santo Alberto, mais conhecido atualmente como Forte da Lagartixa.

Discorreremos em torno da tão polemizada torre dos Ávila apenas para provar o quanto já foi discutido no meio histórico no que diz respeito à utilização de elementos arquitetônicos daquele tipo para a defesa do território baiano, nos primórdios da nossa colonização.

O Forte de São Tiago de Água de Meninos (da Lagartixa)

O Forte de São Tiago de Água de Meninos tem sua data de construção estimada entre 1590 e 1610. Foi construído à beira-mar e visava defender o único acesso à Cidade Alta, no trecho da enseada de Água de Meninos.

Embora tenha sido mencionado por diversos cronistas da época, a primeira iconografia que comprova os primitivos traços arquitetônicos do mesmo data do primeiro quartel do século XVII (1624) e foi elaborada por João Teixeira Albernaz (fig. 2). A edificação aparece apenas em planta baixa, como um elemento circular maior flanqueado por dois outros, também circulares. Este desenho poderia ser considerado apenas fruto da imaginação do seu autor, RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

tor, não fosse o cadastro da mesma fortificação executado por Luís dos Santos Vilhena em finais do século XVIII (fig. 3), no qual o fortinho aparece com a estrutura básica representada por Albernaz acrescida de um terraplano hexagonal irregular, o que nos leva a crer na veracidade do mesmo. Vilhena, embora leigo no assunto (era, na realidade, professor de grego), deixou documentos importantíssimos para o estudo da arquitetura baiana, em especial a militar.

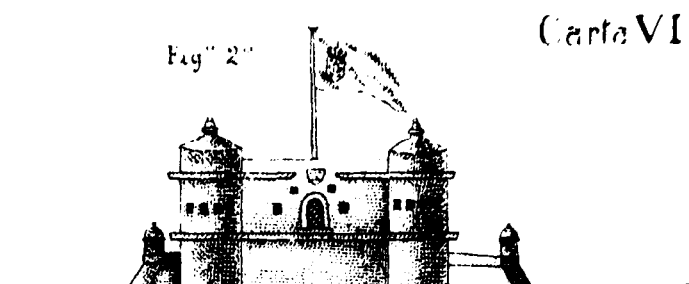
Além do perfil da cidade do Salvador, cadastrou várias das fortalezas espalhadas na cidade naquela época, não apenas em planta baixa, como também em elevação. Alguns destes desenhos representam nitidamente a planta baixa de certas fortificações que até hoje sofreram poucas alterações; daí o facto de crermos em seus levantamentos.

Constatamos, ainda, em iconografia da autoria de Thomas Paranhos (séc. XIX), que o elemento circular não mais existia, tendo sido substituído por um elemento trapezoidal, mais adequado ao sistema defensivo vigente na época.

Com relação às transformações sofridas ao longo dos anos, várias foram as menções feitas em documentos antigos, porém nenhuma delas registrada graficamente.

O forte teve participação nas guerras contra os holandeses (foi tomado sem luta em duas investidas batavas), na Sabinada e nas lutas pela Independência da Bahia, tendo sido dado do seu interior o

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989



Pet.ipe de 5 10 20 30 40 50 Palmos

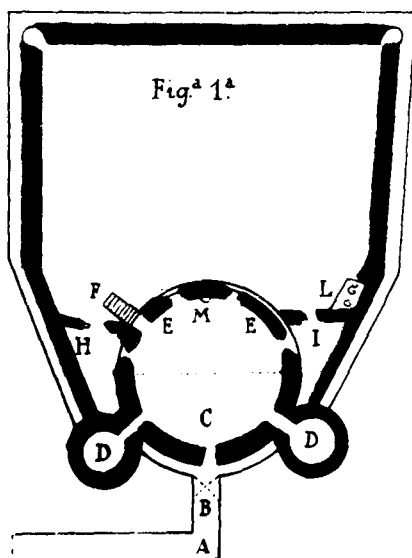


Fig.3 - Forte de Santo Alberto - séc. XVIII
 Fonte: VILHENA, Carta VI

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

sinal de retirada das tropas do Gal, Madeira de Melo.

Quanto ao sítio de implantação, esteve praticamente inalterado até o início deste século, quando, por ocasião das obras de implantação do porto da cidade, foi - por força de aterros sucessivos - encravado entre o mar e as faldas da montanha, estando hoje entre duas vias de grande movimento. Na década de 60, suas instalações foram convertidas em sede do Clube de Subtenentes e Oficiais do Exército, o que o desfigurou parcialmente sem, no entanto, destruí-lo.

As pesquisas realizadas até o presente momento levaram-nos a crer que, a poucos centímetros (cerca de 50cm) da cota interna de piso do dito fortinho, e a uma profundidade de 1,5 a 2,0 metros do nível do passeio, poderemos encontrar as provas concretas da existência de uma das antigas torres que guarneciam a cidade. A realização de prospecções arqueológicas no local, a serem efetuadas com base em uma planta previamente elaborada (fig. 4), servirá para comprovar a veracidade das nossas indagações.

Os pontos a serem investigados com o auxílio de trincheiras são exatamente aqueles onde, superpondo-se as diversas plantas baixas existentes do dito forte, ou seja, as de autoria de Albernaz, Vilhena, Thomas Paranhos, e o levantamento realizado em 1988, acreditamos serem encontradas as fundações das antigas paredes. Se isto ocorrer, estaremos

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

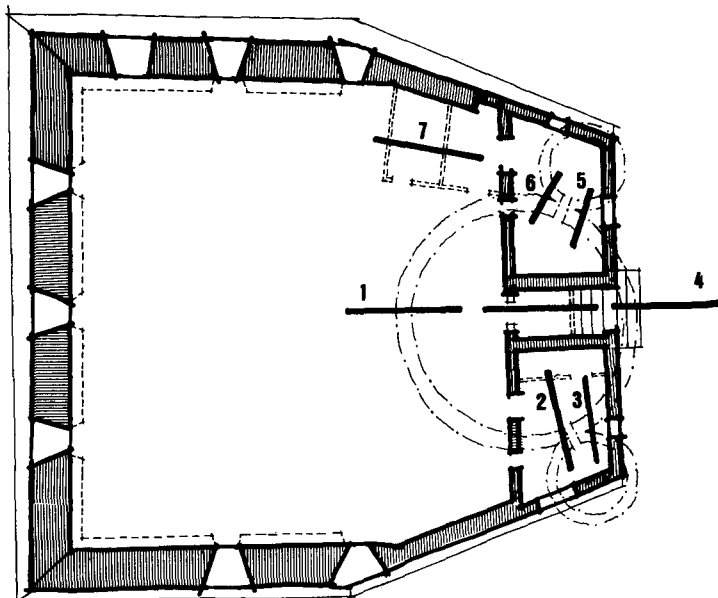


Fig. 4 - Estudo arqueológico:

1 a 6 - Fundações datadas dos séc. XVII e XIX

7 - Fundações e antigas instalações sanitárias (séc. XIX)

mos confirmando as nossas expectativas e comprovando o que a iconografia já provou. Além disto, reforçaremos a hipótese de que, desde quando for constatada a existência de uma das torres previstas nestas antigas ilustrações, nada mais lógico do que as outras torres também representadas nos mesmos documentos tenham existido, ou seja, que a cidade do Salvador era realmente flanqueada por tais elementos de defesa.

NOTAS

1. Ramelli, p.281.

2. Fonsêca, p.62.

3. Pinho, p.405-6.

4. Barros, p.48.

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 99-115, 1989

5. Ibid., p.49.
6. Vieira apud Calmon, p.31.
7. Calmon, p.28.
8. Ibid., p.28.
9. Calmon, op.cit., p.212-3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Francisco Borges de. Bandeirantes e sertanistas bahianos. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920. 48p.il.
- CALMON, Pedro. História da Casa da Torre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 258p.il.
- CAMPOS, João da Silva. Tradições bahianas. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1930. 207p. Separata da Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, n.56, 1930.
- FONSÊCA, Fernando Luis da. A Torre de Garcia D'Ávila. Salvador, UFBA, 1971. Separata de Universitas, Salvador, UFBA, n.8/9, p.53-71, jan./ago. 1971.
- MARTINI, Francesco di Giorgio. Trattati di Architettura, ingegneria e arte militare. Milano: Il Polifilo, 1967. v.2.
- PINHO, José Wanderley. Em torno do Castello de Garcia D'Ávila. Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, Salvador, n.55, p.403-430, 1929.
- RAMELLI, Antonio Cassi. Dalle caverne ai rifugi blindate. Milano: Nuova Accademia, 1964.
- SANTIAGO, Cybèle C. O Forte de Santo Alberto (da Lagartixa). Salvador, 1988. Trabalho apresentado ao VI CECRE.
- _____. A redescoberta de um monumento. A Tar-RUA, Salvador, v.2, n.3, p.99-115, 1989

de, Salvador, 9 set.1988, l.cad., p.6.

VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no século XVIII.
Notas e comentário de Braz do Amaral; apresentação de Edson Carneiro, Salvador: Ed. Itapuã,1969.
v.3.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle. Paris, Bance, 1854-1868, v. 5-9.